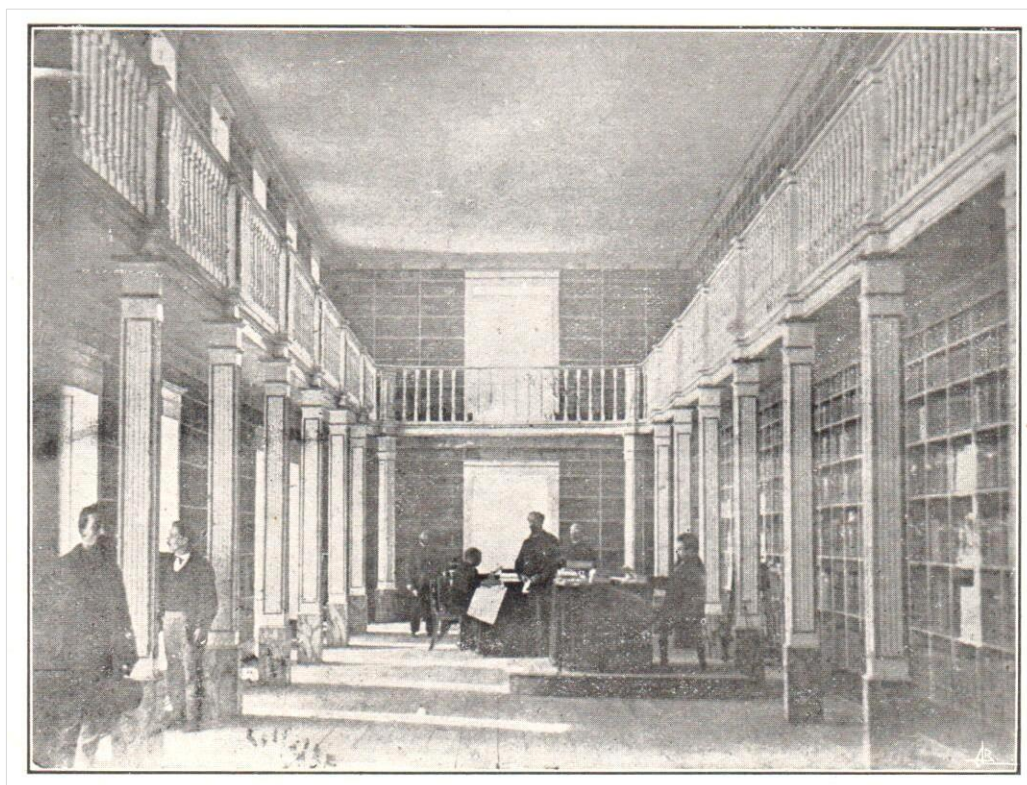


O IMEDIATO ESTABELECIMENTO E CONSTITUIÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA: os primórdios da Biblioteca Pública de Braga

Henrique Barreto Nunes

Biblioteca Pública de Braga, sala de leitura, 1870



Fonte: Reproduzido de *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. 1 (1920), extra-texto entre p. 58 e 59.

A Convenção de Évora-Monte, assinada em 27 de maio de 1834, pôs termo à guerra civil que tinha dividido o país, nela se consagrando o triunfo das forças liberais e a confirmação de D. Pedro IV como legítimo rei de Portugal.

Em 30 de maio são extintas as ordens religiosas masculinas e nacionalizados os seus bens, medida que já tinha tido antecedentes com a legislação do Governo Liberal de 1832, então aplicada nos Açores e meses mais tarde no Porto.

Acentuava-se assim a necessidade de urgentemente acautelar, procedendo à sua boa arrecadação e guarda “as livrarias, alfaias e outros efeitos e bens pertencentes aos conventos e mosteiros “ daquela cidade, o que acabaria por conduzir à fundação da Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto, em 3 de julho de 1833, através de um decreto assinado por D. Pedro IV, o qual começava por proclamar que “a ignorância é a inimiga mais irreconciliável da liberdade”, justificando deste modo a criação daquela biblioteca, que reunia as livrarias dos conventos extintos e dos absolutistas entretanto vencidos.

Provavelmente inspirada por este exemplo, a Câmara Municipal de Braga, em 6 de maio de 1834, enviou uma “representação” (hoje diríamos exposição ou petição) à Prefeitura da Província do Minho solicitando “o estabelecimento literário de uma biblioteca pública nesta cidade”.

Aquela representação, demonstrativa dos “patrióticos e ilustrados princípios” de que estava imbuído o espírito da vereação bracarense, foi aprovada favoravelmente através de uma portaria do Ministério dos Negócios do Reino de 12 de maio, ficando a Prefeitura encarregada de propor “um plano para orçamento de despesa na preparação do edifício e custeamento de tão útil objecto”.

Na resposta que transmitia esta informação à Câmara bracarense, o Prefeito do Minho agradecia aos seus representantes “o zelo que patenteiam pela ilustração dos povos” (18 de julho de 1834). Contudo, não conhecemos qualquer desenvolvimento imediato da vontade então demonstrada pelo “Presidente e mais membros da Comissão Municipal de Braga”, apesar das perspectivas posteriormente abertas pela circular do Ministério do Reino de 25 de agosto de 1836, a qual solicitava aos governadores-civis que informassem “qual o edifício mais próprio, na sede dos seus distritos, para a fundação de uma biblioteca pública [...] a organizar com os bens pertencentes aos conventos extintos”. Braga continuava sem biblioteca, enquanto noutras capitais de distrito elas começavam a surgir.

É então que entra em cena a figura providencial de Manuel Rodrigues da Silva Abreu (n. Ponte de Lima, 1793), velho amigo de Almeida Garrett, ao lado de quem lutou pelos ideais do Liberalismo e com quem partilhou o exílio em Inglaterra e na França entre 1828 e 1832, homem de grande dignidade e cultura, escritor e bibliófilo, que vivia em Braga.

Manuel Rodrigues da Silva Abreu, por fidelidade à Carta Constitucional, na sequência da Revolução de Setembro de 1836, tinha pedido demissão das funções que desempenhava na Prefeitura do Minho, passando então a viver com grandes dificuldades, o que o obrigara a vender os seus livros, a contrair dívidas e a procurar garantir a subsistência com a publicação poema “*Eliezer*”, de Florian, que traduzira do francês.

Para tentar obter o reconhecimento, a divulgação e, sobretudo, a venda do livro, em 1839 recorreu a Garrett, então deputado e desempenhando igualmente funções de grande responsabilidade e prestígio, que procurou ajudá-lo a superar os problemas com que então se debatia.

Como Abreu lhe tivesse sugerido a criação de uma biblioteca em Braga, na qual ele pudesse exercer as funções de bibliotecário, para as quais se sentia preparado, Garrett procurou ajudá-lo a atingir esse objetivo, para tal tendo contado com o apoio de outro velho correligionário, o deputado António Lopes Alheira.

Tendo mexido alguns cordelinhos, conseguiram que a Câmara bracarense, presidida pelo bacharel Luís Pereira de Mesquita, enviasse ao Governo, em 20 de maio de 1840, uma representação em que se dizia que a vereação, “desejosa de ser útil ao município”, “se oferecia a concorrer para o estabelecimento de uma Biblioteca Pública, provendo para esse fim às despesas necessárias do material e pessoal”, justificando essa proposta com a constatação do “desleixo em que se encontravam as livrarias dos extintos conventos do distrito, expostas à destruição em diferentes depósitos”, “sem que o público pudesse tirar delas o mais pequeno proveito”.

Garrett, na sequência desta exposição que terá tido bom acolhimento, convence o Ministro do Reino a nomear Manuel R. S. Abreu como bibliotecário, o que se concretiza através de uma portaria (ao que parece redigida pelo próprio poeta), datada de 27 de julho de 1840:

“Convindo encarregar desde já um homem literato do cuidado de coligir e examinar as Bibliotecas dos extintos mosteiros do distrito de Braga, fazer os respectivos catálogos e informar sobre o apreço dos diferentes manuscritos que ali existem: manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino...que atendendo ao mérito e boas letras do bacharel Manuel Rodrigues da Silva Abreu houve por bem encarrega-lo da supracitada diligência, com a gratificação mensal de vinte mil reis...”

Transmitida a portaria, de imediato o Administrador Geral do Distrito entregou ao bibliotecário as chaves das livrarias conventuais, dando ele logo a seguir início aos trabalhos de que fora incumbido.

Deve ter começado por identificar e inventariar as livrarias dos conventos bracarenses, como era o caso dos Congregados, Carmo, Falperra, São Frutuoso, Pópulo e Tibães (onde só encontrou os livros que Alexandre Herculano não quis levar para a Biblioteca do Porto), que depois foram transportados para o convento da Congregação dos Oratorianos (o qual possuía uma excelente livraria), onde já funcionava o Liceu e que estava destinado a acolher a biblioteca. Além dos livros foram também levados outros documentos (quais, não sabemos, provavelmente manuscritos), bem como estantes.

Foi preciso esperar quase um ano até ser oficialmente formalizada a criação da biblioteca, o que se concretizou em 13 de julho de 1841, através de uma Carta de Lei, publicada no *Diário do Governo*, nº 168, de 19 de julho, p. 777, que a seguir se transcreve:

Dona Maria, por graça de Deus e pela Constituição da Monarquia, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos súbditos que as Cortes Gerais decretaram, e nós sancionamos a Lei seguinte:

Artigo 1º Fica autorizada a Câmara Municipal da Cidade de Braga para prover pelos rendimentos municipais às despesas do material e pessoal que forem indispensáveis para o imediato estabelecimento e conservação da Biblioteca Pública, pertencente ao Liceu Nacional.

Artigo 2º O extinto Convento da Congregação do Oratório, que existe na dita cidade, é destinado para a colocação da mesma Biblioteca e Liceu.

Artigo 3º Fica revogada toda a legislação em contrário.

Mandamos portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contem.

O Presidente do Conselho de Ministros, ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço de Sintra, aos treze de julho de mil oitocentos e quarenta e um = A RAINHA com rubrica e guarda = Joaquim António de Aguiar.

Ficava assim criada oficialmente a Biblioteca Pública de Braga, a mais antiga instituição cultural da cidade.

Manuel Rodrigues da Silva Abreu, empossado provisoriamente como empregado do município, deu logo continuidade aos seus trabalhos, deslocando-se de seguida a Guimarães onde recolheu os livros dos conventos de Santo António dos Capuchos, Casa da Cruz, Costa, São Domingos e São Francisco, prosseguindo a sua missão em Barcelos (Franqueira, São Francisco, Palme e Vilar de Frades), Amares (Rendufe e Bouro), Celorico de Basto (Arnoia) e Cabeceiras de Basto (Refojos e Colégio de S. Bento).

Deste modo se formou o fundo inicial da Biblioteca Pública de Braga, constituído por cerca de 25.000 volumes que, no meio de inúmeras vicissitudes, começaram a ser tratados e organizados por Manuel Rodrigues da Silva Abreu.

A biblioteca só seria oficialmente inaugurada, contra a vontade do bibliotecário, em 16 de setembro de 1857, sendo forçada a encerrar as suas portas alguns dias depois, por não ter condições necessárias para funcionar, só reabrindo no ano seguinte.

Nascida há 182 anos, integrada há perto de 50 na Universidade do Minho, a Biblioteca Pública de Braga, apesar dos problemas com que se debate, deve assumir-se plenamente como biblioteca patrimonial, podendo encontrar nas memórias que a sua atribulada história encerra o desafio necessário para continuar a sua missão na preservação de um património bibliográfico e documental intemporal, na manutenção da integridade das suas coleções (agora ameaçada com o “abate” inqualificável de centenas de títulos de publicações periódicas entradas através do Depósito Legal desde 1931) e sua acessibilidade, na defesa do “espírito do lugar” que o palácio que ocupa desde 1934 possui, sempre ao serviço de toda a população, procurando garantir a “*ilustração dos povos*”, como ansiavam os seus fundadores.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Luís (coord)

1994 *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150º aniversário da sua fundação*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1994.

COELHO, José Constantino

1934 O Princípio da Biblioteca de Braga. *Diário do Minho*. (1 dez. 1934) 1.

FEIO, Alberto

1922 A Biblioteca Pública de Braga: notas históricas. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. 1 (1922) 5-76.

MARTINS, J. Cândido

2006 O Limiano romântico Manuel Rodrigues da Silva Abreu: exilado, bibliotecário e poeta-tradutor. *Forum*. 40 (jul.-dez. 2006) 43-77.

NUNES, Henrique Barreto

1991 *Crónica dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga*. Braga: Biblioteca Pública, 1991.

Henrique Barreto Nunes | hbnunes13@gmail.com

Bibliotecário - Biblioteca Pública de Braga, Portugal